

CAPOIB - Conselho de Articulação dos Povos
e Organizações Indígenas do Brasil

*Carta dos Povos e Organizações Indígenas do Brasil
Luziânia-GO, 6 de abril de 1995*

Nós, 203 lideranças de 76 povos e 40 organizações indígenas do Brasil, nos reunimos em Luziânia-GO, na I Assembléia dos Povos e Organizações Indígenas do Brasil, convocada pelo CAPOIB, com a finalidade de discutir e avaliar a trajetória do movimento indígena nacional e a conjuntura da política indigenista atual.

Nesta oportunidade trazemos ao conhecimento da opinião pública nacional, internacional e às autoridades do Estado brasileiro, as nossas reivindicações e propostas sobre as seguintes questões:

Reforma Constitucional

O Congresso Nacional não deve aprovar emendas constitucionais que reduzam os direitos sociais, como a estabilidade no emprego dos servidores públicos e a previdência social e que possam prejudicar o patrimônio do povo brasileiro, como o monopólio sobre o petróleo e as telecomunicações.

Demarcação de Terras Indígenas

1. Devem ser garantidas as verbas suficientes para efetivar as demarcações e desintrusamento das áreas indígenas demarcadas;
2. Um cronograma para a demarcação das terras indígenas a curto e médio prazo deve ser estabelecido fixando prioridades para as demarcações das áreas em conflito e aquelas que apresentam riscos iminentes de vida para povos sem contato;
3. O Decreto 22/91, que dispõe sobre o procedimento administrativo para a demarcação das terras indígenas deve ser mantido, uma vez que a elaboração de um novo decreto para a demarcação, com o estabelecimento de um contraditório, prejudicaria os povos indígenas.

CAPOIB - Conselho de Articulação dos Povos e Organizações Indígenas do Brasil

Não aceitamos que as partes contrárias sejam ouvidas, pois a terra é dos povos indígenas.

Quando invadiram nossas terras jamais perguntaram se tinham dono, ou se algum povo as ocupava. Agora, que após tanta luta a União Federal, por força do que a Constituição determina, deve demarcar nossas terras, os invasores querem assegurar uma maneira para diminuir nossos territórios, quando não conseguem eliminá-los.

Na verdade, ao serem identificados os limites das terras indígenas o governo deve aprimorar esta fase do procedimento administrativo para assegurar, com a participação dos povos e organizações indígenas, um bom estudo antropológico e o levantamento fundiário, com funcionários e corpo jurídico capacitados à obtenção e análise da cadeia dominial dos títulos imobiliários eventualmente incidentes nas terras indígenas.

A demarcação das terras indígenas é um ato de interesse público e por esta razão não deve ser objeto de interferência de interesses particulares.

Autodemarcação

Os povos e comunidades indígenas tem o direito de explicitar os limites das terras que tradicionalmente ocupam, demarcando-as com recursos próprios. Os limites então estabelecidos devem ser aceitos pelo Governo.

Reforma Agrária

É necessário implementar a Reforma Agrária no país, como forma de possibilitar o acesso democrático à terra, eliminando a principal causa de violência no campo, garantindo área adequada para o assentamento dos trabalhadores rurais que tenham ocupado terras indígenas e permitindo a garantia de justiça social.

Órgão Indigenista

1. Resgatar a autonomia do órgão indigenista, ligando-o diretamente a Presidência da República;
2. Reestruturação do órgão indigenista com a finalidade de definir metas e recursos humanos qualificados, para que possa prestar melhores serviços aos povos indígenas;

CAPOIB - Conselho de Articulação dos Povos
e Organizações Indígenas do Brasil

Nosso compromisso, enquanto povos e organizações indígenas, articulados no CAPOIB, é o de seguir lutando para que estas e outras reivindicações e propostas sejam atendidas, até o reconhecimento definitivo de nossa dignidade e direitos perante todos os setores da sociedade brasileira.

Luziânia-GO, 6 de abril de 1995.

CAPOIB
Conselho de Articulação dos Povos e
Organizações Indígenas do Brasil

Organizações Indígenas

ACIRI	CIM
AMARN	CIVAJA
AMISM	COIAB
ANTAPAMA	COMITE TERENA
APIO	CONSELHO INDIGENA DE RORAIMA - CIR
APOINME	CONSELHO INDIGENA DE SC
ASSOCIAÇÃO DAS MULHERES INDIGENAS KAMBEBA	CONSELHO INDIGENA MURA
ASSOCIAÇÃO PAMARE	CUNPIR
ASSOCIAÇÃO XERENTE	FOIRN
ATY GUASU	MEIAM
CGTSM	METARELA
CGTT	MOVIMENTO INDIGENA DO VALE DO JURUA

CAPOIB - Conselho de Articulação dos Povos
e Organizações Indígenas do Brasil

3. Participação paritária dos povos e organizações indígenas com relação a entidades governamentais e não governamentais junto a direção do órgão indigenista.

Estatuto do Índio

Exigimos que a proposta de nova legislação indigenista seja denominada "Estatuto dos Povos Indígenas" e que seja encaminhado para o Senado Federal, dando continuidade a sua tramitação

Assistência

1. O Governo Federal deve criar uma linha de crédito especial para garantir a auto-sustentação dos povos indígenas;
2. O Poder Executivo deve solicitar e o Congresso Nacional deve aprovar a suplementação de verbas orçamentárias para garantir recursos necessários a realização de atividades como: demarcação das terras indígenas, o atendimento à saúde, à educação e à auto-sustentação dos povos indígenas;
3. Que o órgão indigenista firme convênio com as universidades para garantir a formação profissional de índios em todas as áreas do conhecimento.

Poder Judiciário

Exigimos do poder judiciário a agilização da apreciação e julgamento dos processos referentes aos povos indígenas que se encontram em tramitação.

CONCLUSÃO

A sociedade brasileira possui uma imensa dívida histórica com relação a nós, povos indígenas. O que exigimos neste documento é apenas o início do resgate de parte desta dívida.

CAPOIB - Conselho de Articulação dos Povos
e Organizações Indígenas do Brasil

Carta dos Povos e Organizações Indígenas do Brasil
Luziânia-GO, 6 de abril de 1995

MULHERES INDIGENAS DO PARA	ORGANIZAÇÃO INDIGENA DE ALMOFALA
ÑEMBOATY GUASU GUARANI	ORGANIZAÇÃO INDIGENA KIRIRI
OISMA	ORGANIZAÇÃO INDIGENA KRIKATI
ONI SUL	POVOS DE LÁBREA - MEDIO PURUS
OPIR	POVOS INDÍGENAS DE NHAMUNDÁ
OPIRE	UNI ACRE
OPTA	UNI TEFÉ
ORGANIZAÇÃO DE MULHERES INDIGENAS	UPIMS